

Educação profissional elitista ou equalizadora?

Elitista é seguir ofertando ao jovem da escola pública um ensino que não lhe garanta perspectivas de transformar a realidade de sua família

Por Guilherme Lichand

Valor, 04/12/2023

O PL 5230/2023, projeto de lei que define diretrizes para a política nacional de ensino médio recentemente aprovado no Senado, propõe uma estrutura curricular alinhada com as melhores práticas de países com evasão muito mais baixa e proficiência muito mais alta do que as brasileiras. Mais horas na escola, o fim da complexidade excessiva de itinerários e a regulamentação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) articulada com o ensino médio podem ser os motores de uma revolução na etapa - melhorias substantivas tanto diante do que temos hoje quanto da proposta de reforma original. Os países com os melhores resultados educacionais têm entre 40% e 50% de seus estudantes cursando trilhas profissionais já durante o ensino médio. Há, portanto, muitos motivos para celebrar.

Como sempre, contudo, o diabo está nos detalhes. O debate da vez está no número de horas da formação geral básica (FGB) que deveria ser cursado pelos estudantes que optem pela trilha da EPT. O projeto estipula que esses estudantes possam ‘compensar’ até 300 horas da FGB com matérias que cursarão como parte desse ‘percurso de aprofundamento’. Cursar 2.100 horas de currículo básico em vez das 2.400 destinadas aos demais itinerários permitiria que cursos técnicos com maior carga horária, como desenvolvimento de sistemas e enfermagem (com 1.200 horas cada), possam ser oferecidos sem que a expansão da EPT esteja condicionada à expansão das matrículas em tempo integral (ainda apenas 20,4% das matrículas de Ensino Médio no país, segundo o Censo Escolar de 2022).

Uma parte relevante da sociedade civil se mobilizou contra essa configuração em que a EPT permite cursar menos horas da FGB. Suas intenções são boas: querem evitar o estigma de que a EPT seria uma trilha de ‘segunda classe’ por exigir menos horas de disciplinas como história, geografia, física e química. E não querem fechar as portas para que esse estudante possa cursar a universidade posteriormente, se quiser.

Seus argumentos ignoram, contudo, que as horas totais na escola de uma e outra trilha são as mesmas - a compensação só ocorreria porque esses estudantes dedicam maior carga horária a disciplinas mais relevantes para sua atuação profissional e formação subsequente. Ignoram também que, nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a

composição das grades entre trilhas também é bastante distinta e, ainda assim, quase todo jovem que se forma na EPT segue se qualificando depois, muitos inclusive em cursos de bacharelado.

Ignoram, ainda, que condicionar a expansão de cursos da EPT à expansão do ensino integral e/ou de programas de bolsa permanência tem sérios riscos de perpetuar a lógica elitista de antes da reforma. Hoje, menos de 10% dos jovens cursam EPT. São, tipicamente, a elite da escola pública - mesmo onde a alocação é realizada por sorteio -; afinal, quem pode estudar sem precisar ajudar em casa ou trabalhar ao mesmo tempo no Brasil?

O drama é que os cursos técnico-profissionais de maior carga horária são justamente aqueles com melhores índices de empregabilidade e maior salário esperado. Desenvolvedores e profissionais de enfermagem estão em falta e ganham bem. Viabilizar a expansão estruturada da oferta desses cursos poderia ser o grande impulso equalizador para a sociedade brasileira - tipicamente frustrado por reformas educacionais, mesmo quando cercadas de boas intenções.

Os dois lados deste debate consideram defender premissas de equidade, mas são acusados de elitistas pelos seus antagonistas. De um lado, os críticos do mecanismo de compensação o fazem preocupados com que os alunos de baixa renda seja relegados à EPT quando poderiam cursar universidade. De outro, sinalizam que a universidade é o único caminho aceitável, já que não querem que o egresso da EPT tenha menos chances no Enem.

A confusão de posições se baseia num erro fundamental: a ideia de que a cobertura ideal da universidade é de 100% da população. Se, em países como a Alemanha ou a Suíça, 90% dos adultos seguem estudando depois do ensino médio, somente 40% seguem o caminho da universidade! Os demais seguem trajetórias profissionalizantes qualificadas, têm bons empregos e ganham muito bem.

Se a oferta acompanhar a demanda, logo a EPT alcançará pelo menos 50% dos alunos do ensino médio brasileiro. Não faz sentido distorcer sua carga horária em função de uma premissa equivocada. Deveríamos, em vez disso, estar discutindo como garantir que a EPT promova, de fato, empregabilidade, renda e oportunidades de seguir se aperfeiçoando com qualidade, para todo jovem que optar por esse percurso de aprofundamento.

Uma das dimensões importantes por para que isso seja verdade é que os cursos ofertados em cada município tenham aderência às demandas do mercado de trabalho local. Também nesse caso, a confusão entre elitismo versus equalização deve reaparecer com força. Para ver isso, tente responder à seguinte pergunta: os cursos oferecidos em cada escola devem ser definidos a partir do que querem os alunos, ou a partir da demanda dos potenciais contratantes?

Quem responder que é a primeira opção provavelmente dirá que as Secretarias de Educação devem priorizar os interesses dos alunos, e não do capital - uma abordagem elitista. Quem

responder que é a segunda, provavelmente dirá que, sem empregabilidade, a formação profissional de pouco vale.

Os dados sugerem que são esses quem têm razão. No estudo “Can Business Input Improve the Effectiveness of Worker Training? Evidence from Brazil’s Pronatec-MDIC”, Stephen O’Connell, Lucas Mation, João Basto e Mark Dutz contrastam duas versões do programa federal de EPT subsequente ao ensino médio: em uma, as demandas eram definidas de pelo próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; em outra, as demandas eram definidas através de expressões de interesse de empresas. Aproveitando-se do limite de vagas ofertadas pelo programa para identificar seu efeito causal sobre emprego e renda futuros, os resultados do estudo foram categóricos: somente a versão do programa em que os cursos foram definidos em sintonia com as demandas do empresariado melhoraram significativamente a trajetória futura dos alunos.

Essa discussão revela, outra vez, que o potencial equalizador de uma política se avalia pelos seus resultados - e não pelas suas premissas. Elitista é seguir ofertando ao jovem da escola pública um ensino que não lhe garanta perspectivas de transformar a realidade de sua família.

Guilherme Lichand é professor de educação da Universidade de Stanford, com Ph.D. em economia política e governo pela Universidade de Harvard.